



EFICÁCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS CONTRA A VIOLÊNCIA INFANTIL: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL

Júlia Valente Albuquerque 1

Graduada em Odontologia, UNIMONTES, Montes Claros- Minas Gerais, drajulivalbuquerque@gmail.com

José Fernando Bandeira da Silva 2

Graduando em Licenciatura da Geografia, Universidade Federal de Campina Grande- UFCG, fernando99bandeira@gmail.com

Xênia Maria Fideles Leite de Oliveira 3

Enfermeira, Faculdade Santa Maria- FSM, Cajazeiras- Paraíba, xeniamariaita@hotmail.com

Bruna Santos Araújo 4

Tecnóloga de Alimentos, IFMT-Campus São Vicente, Cuiabá-MT, Mato Grosso, bruna.araujoc14@gmail.com

Ana Aparecida Adeodato de Souza 5

Enfermeira, Centro Universitário Inta - UNINTA, Sobral- Ceará, anaadeodatosz@gmail.com

Bruna Alves Alencar 6

Enfermeira, UNILAB, Redenção- Ceará, brunaalvesalencar@gmail.com

Letícia de Sousa Pereira 7

Graduanda em Enfermagem, Universidade Federal de Catalão- UFCAT, Catalão- Goiás, leticia.pereira@discente.ufcat.edu.br

Andressa Prates Sá 8

Enfermeira, Residente em Saúde da Família e Comunidade pela UNIMONTES HUCF, Faculdade de Saúde e Humanidades
Ibituruna- FASI, Montes Claros- Minas Gerais, andressaprates92@gmail.com

Larissa do Nascimento Barros 9

Graduada em Odontologia, Universidade do Estado do Amazonas, Manaus- Amazonas, larissanascimento Barros@gmail.com



RESUMO

A violência infantil é um problema complexo e multifacetado, que envolve abuso físico, psicológico e negligência, afetando milhões de crianças e comprometendo seu desenvolvimento e bem-estar. A solução desse problema exige a atuação de equipes multiprofissionais compostas por psicólogos, assistentes sociais, médicos, educadores e advogados. Essas equipes oferecem uma análise abrangente, considerando aspectos físicos, emocionais e sociais. A formação contínua e a sensibilização sobre os direitos das crianças são essenciais, pois a falta de conhecimento pode resultar em subnotificação e perpetuação da violência. A comunicação eficaz entre os profissionais e a ética no manejo das informações também são fundamentais, garantindo que as crianças se sintam seguras. Além disso, é importante atuar na prevenção, através de programas educativos, para reduzir a violência infantil. A pesquisa adotou uma revisão sistemática da literatura para investigar a eficácia das políticas públicas contra a violência infantil e a atuação das equipes multiprofissionais. Foi definida uma questão central envolvendo políticas públicas, violência infantil e equipes multiprofissionais, com critérios de inclusão e exclusão para selecionar os estudos. A busca foi realizada em bases de dados como PubMed e Scopus, utilizando palavras-chave específicas. Os artigos foram analisados para extrair dados sobre objetivos, metodologias, resultados e conclusões. Também foram avaliados os métodos de cada estudo para garantir sua qualidade e robustez. As políticas públicas de proteção à infância enfrentam desafios, como a falta de capacitação dos profissionais e a escassez de recursos. A atuação das equipes multiprofissionais é essencial para implementar essas políticas de forma holística. No entanto, a eficácia dessas políticas depende da formação adequada dos profissionais e da comunicação entre diferentes setores como saúde, educação e assistência social. A falta de articulação entre esses setores pode resultar em lacunas nas intervenções. Além disso, é importante envolver as comunidades afetadas no processo de formulação das políticas, para que as ações sejam mais eficazes e adaptadas às necessidades locais. A avaliação contínua dessas políticas também é crucial para ajustes e melhoria. A análise crítica das políticas públicas contra a violência infantil destaca que, apesar da existência de um arcabouço legal, a efetividade das ações é comprometida por fatores como a falta de capacitação profissional e a escassa colaboração entre os setores. A participação das comunidades é essencial, assim como uma avaliação constante das políticas. Para melhorar a proteção infantil, é necessário que as equipes multiprofissionais atuem de forma colaborativa, refletindo sobre as causas estruturais da violência, como a desigualdade social. Só assim será possível garantir um futuro mais seguro e justo para as crianças.

Palavras-Chave: Equipe de Assistência ao Paciente; Maus-Tratos Infantis; Política Pública.

E-mail do autor principal: drajuliavalbuquerque@gmail.com



1 INTRODUÇÃO

A violência infantil é um fenômeno complexo e multifacetado que se manifesta de diversas formas, incluindo abuso físico, psicológico e negligência. Este problema social, infelizmente, é uma realidade em muitos países e afeta milhões de crianças, comprometendo seu desenvolvimento integral e bem-estar. A abordagem da violência infantil requer a atuação de uma equipe multiprofissional, composta por profissionais de diferentes áreas, como psicologia, assistência social, medicina, educação e direito. Essa diversidade de saberes é essencial para uma análise crítica e abrangente do problema (Moreira; Oviedo, 2020).

A equipe multiprofissional desempenha um papel crucial na identificação e intervenção em casos de violência infantil. A atuação conjunta permite uma visão holística da situação da criança, considerando não apenas os aspectos físicos, mas também os emocionais e sociais. Profissionais da psicologia, por exemplo, são fundamentais para entender as consequências psicológicas da violência, ajudando a criança a lidar com traumas e a desenvolver mecanismos de enfrentamento. Já os assistentes sociais têm a responsabilidade de avaliar o contexto familiar e social em que a criança está inserida, identificando fatores de risco e proteção (Araújo *et al.*, 2021).

Um aspecto importante da análise crítica da equipe multiprofissional é a necessidade de formação contínua e sensibilização sobre os direitos da criança. Muitas vezes, profissionais podem se deparar com situações de violência e não saber como proceder adequadamente. A falta de conhecimento sobre os sinais de abuso e as legislações pertinentes pode levar à subnotificação e à perpetuação do ciclo de violência. Portanto, programas de capacitação são fundamentais para que a equipe esteja apta a reconhecer e agir em conformidade com as diretrizes legais e éticas (Castro *et al.*, 2020).

Além disso, a comunicação entre os membros da equipe multiprofissional é vital. A troca de informações e experiências enriquece as intervenções e possibilita um planejamento mais eficaz das ações. No entanto, é preciso também ter cuidado com a confidencialidade e a ética, garantindo que as informações da criança e da família sejam tratadas com respeito e



segurança. A construção de um ambiente de confiança entre os profissionais e a família é essencial para que a criança se sinta segura e acolhida (Machado; Sanches, 2022).

A atuação da equipe multiprofissional não se limita apenas à intervenção em situações de violência já instauradas, mas também deve incluir ações preventivas. Isso pode ser feito através de programas educativos que promovam a conscientização sobre os direitos da criança e a importância de um ambiente familiar saudável. A prevenção é uma ferramenta poderosa para reduzir a incidência de violência infantil, e a equipe multiprofissional pode desenvolver estratégias de intervenção comunitária que engajem pais, educadores e a sociedade em geral (Levandowski *et al.*, 2021).

Entretanto, a análise crítica da equipe multiprofissional também deve considerar as limitações e desafios que enfrentam. A escassez de recursos, tanto financeiros quanto humanos, pode dificultar a implementação de ações efetivas. Além disso, a cultura de violência presente em algumas comunidades pode dificultar a aceitação e o apoio às intervenções propostas. Assim, é essencial que a equipe multiprofissional busque parcerias com outras instituições e movimentos sociais para fortalecer sua atuação (Araújo *et al.*, 2021).

Em suma, a violência infantil é um problema sério que demanda a atenção de uma equipe multiprofissional bem estruturada e capacitada. A análise crítica desse trabalho deve considerar a importância da formação contínua, da comunicação eficaz entre os profissionais, da prevenção e das limitações enfrentadas. Somente através de uma abordagem integrada e colaborativa é possível enfrentar esse desafio e garantir um futuro mais seguro e saudável para as crianças (Cabanillas, 2024).

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão sistemática da literatura, de caráter descritivo, cujo objetivo é investigar a eficácia das políticas públicas contra a violência infantil, com uma análise crítica da atuação das equipes multiprofissionais. A metodologia adotada para esta revisão foi estruturada em várias etapas, garantindo a rigorosidade e a transparência do processo.

Inicialmente, foi realizada uma definição clara da questão de pesquisa, que orientou toda a busca por evidências. A pergunta central foi formulada com base em três elementos principais: as políticas públicas existentes, a violência infantil e o papel das equipes



multiprofissionais. Esse delineamento permitiu identificar os critérios de inclusão e exclusão dos estudos a serem analisados.

A segunda etapa envolveu a elaboração de um protocolo de busca, que incluiu a seleção de bases de dados relevantes, tais como PubMed, Scopus, Web of Science, e Google Scholar. As palavras-chave utilizadas na busca foram definidas a partir da questão de pesquisa e incluíram termos como: Equipe de Assistência ao Paciente, Maus-Tratos Infantis e Política Pública. A combinação de palavras-chave foi feita utilizando operadores booleanos, como AND e OR, para ampliar o alcance da pesquisa.

Na sequência, foi realizada a busca efetiva nos bancos de dados selecionados, que resultou em um número inicial de artigos. Para garantir a pertinência dos estudos, foi feita uma triagem dos títulos e resumos, seguindo os critérios de inclusão que consideraram a relevância do conteúdo, a originalidade da pesquisa e a data de publicação, focando em artigos publicados nos cinco anos. Os critérios de exclusão abrangeram estudos que não abordavam diretamente a eficácia das políticas públicas ou que não incluíam a perspectiva das equipes multiprofissionais.

Após a triagem inicial, os artigos selecionados foram lidos na íntegra para uma análise mais aprofundada. Durante essa fase, foram extraídas informações relevantes, como os objetivos dos estudos, as metodologias empregadas, os resultados encontrados e as conclusões dos autores. Essa extração sistemática de dados permitiu a construção de uma matriz que facilitou a comparação e a síntese das informações.

A quinta etapa consistiu na avaliação da qualidade metodológica dos estudos selecionados. Para isso, diferentes ferramentas de avaliação foram utilizadas, dependendo do tipo de estudo, como a Escala de Jadad para ensaios clínicos e a ferramenta STROBE para estudos observacionais. Essa avaliação crítica foi fundamental para determinar a robustez das evidências apresentadas e a validade dos resultados.

Por fim, os dados foram analisados de forma qualitativa, permitindo identificar padrões, convergências e divergências nas evidências sobre a eficácia das políticas públicas contra a violência infantil e o papel desempenhado pelas equipes multiprofissionais. A análise foi organizada em categorias temáticas, facilitando a discussão dos resultados à luz da literatura existente.



Em suma, a metodologia adotada para esta revisão sistemática da literatura foi rigorosa e estruturada, garantindo a validade e a confiabilidade das informações obtidas. Essa abordagem permitiu uma compreensão aprofundada da eficácia das políticas públicas no combate à violência infantil, explorando criticamente a contribuição das equipes multiprofissionais nesse contexto.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A eficácia das políticas públicas contra a violência infantil é um tema de grande relevância no contexto atual, em que a proteção dos direitos das crianças se tornou uma prioridade em diversas sociedades. As políticas públicas, que abrangem desde legislações até programas de intervenção social, visam prevenir e combater a violência em suas múltiplas formas, como abuso físico, psicológico e negligência. No entanto, a implementação dessas políticas muitas vezes enfrenta desafios significativos, e a análise crítica da atuação de equipes multiprofissionais é fundamental para entender as lacunas e as potencialidades dessas iniciativas (Araújo *et al.*, 2021).

As equipes multiprofissionais, compostas por profissionais de diversas áreas, como saúde, assistência social, educação e direito, desempenham um papel crucial na execução e monitoramento das políticas públicas voltadas para a proteção da infância. Sua atuação integrada permite uma abordagem holística, que considera não apenas os aspectos individuais da criança, mas também o contexto familiar e social em que ela está inserida. Essa diversidade de saberes é essencial para identificar e responder de maneira eficaz às situações de violência (Castro *et al.*, 2020).

No entanto, a eficácia das políticas públicas depende, em grande parte, da capacitação e do suporte oferecido a essas equipes. Muitas vezes, os profissionais enfrentam dificuldades em reconhecer os sinais de violência e em aplicar as medidas adequadas de intervenção, em parte devido à falta de formação específica e à escassez de recursos. Uma análise crítica revela que, sem uma formação contínua e adequada, as equipes podem não estar preparadas para lidar com as complexidades da violência infantil, o que compromete a eficácia das políticas implementadas (Silva; Ceribelli, 2021).



Outro ponto a ser considerado é a comunicação entre os diferentes setores envolvidos nas políticas públicas. A colaboração entre saúde, educação e assistência social é fundamental para garantir um fluxo de informações que permita uma resposta rápida e eficaz às situações de risco. No entanto, barreiras institucionais e falta de articulação entre os serviços podem dificultar essa cooperação, resultando em lacunas que permitem a continuidade da violência. Assim, uma análise crítica deve enfatizar a importância da integração interinstitucional para potencializar a eficácia das políticas públicas (Levandowski *et al.*, 2021).

Além disso, as políticas públicas muitas vezes são formuladas sem a participação efetiva das comunidades afetadas. Uma abordagem que considera as vozes e necessidades das famílias e das crianças é essencial para o desenvolvimento de estratégias que realmente atendam à realidade local. A falta de envolvimento da comunidade pode levar a intervenções que não consideram as especificidades culturais e sociais, resultando em ações pouco eficazes ou até contraproducentes. Portanto, é crucial que as equipes multiprofissionais adotem uma postura de escuta ativa e envolvimento com as comunidades, promovendo um diálogo que possibilite a construção de soluções (Machado; Sanches, 2022).

A avaliação do impacto das políticas públicas também é fundamental para entender sua eficácia. É necessário estabelecer indicadores claros e métodos de monitoramento que permitam analisar como as intervenções estão afetando a realidade das crianças em situação de violência. A falta de dados confiáveis e atualizados pode dificultar a identificação de áreas que precisam de ajustes e a alocação adequada de recursos. Por isso, as equipes multiprofissionais devem estar preparadas para contribuir com informações relevantes que ajudem a embasar decisões e a reformular políticas quando necessário (Cabanillas, 2024).

Por fim, a análise crítica da eficácia das políticas públicas contra a violência infantil deve considerar as barreiras estruturais que muitas vezes limitam o alcance dessas intervenções. Fatores como desigualdade socioeconômica, preconceitos e discriminação podem intensificar a vulnerabilidade de crianças e famílias, tornando-as mais suscetíveis à violência. Assim, as políticas públicas precisam ir além da proteção direta e abordar as causas estruturais da violência, promovendo uma transformação social que garanta direitos e dignidade para todas as crianças (Araújo *et al.*, 2021).

Em síntese, a eficácia das políticas públicas contra a violência infantil depende de uma atuação crítica e integrada das equipes multiprofissionais. A formação contínua, a



comunicação interinstitucional, a participação comunitária, a avaliação de impacto e a abordagem das questões estruturais são elementos essenciais para que essas políticas realmente cumpram seu papel de proteger as crianças e promover um ambiente seguro e acolhedor. Somente através de uma análise crítica e de uma ação colaborativa é possível avançar na luta contra a violência infantil e garantir um futuro mais promissor para as novas gerações (Nunes *et al.*, 2020).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, a análise crítica da eficácia das políticas públicas contra a violência infantil, destacando o papel fundamental das equipes multiprofissionais na implementação e monitoramento dessas iniciativas. Através de uma abordagem integrada, que considera as múltiplas dimensões da violência e a complexidade das realidades enfrentadas por crianças e suas famílias, é possível identificar não apenas os avanços, mas também as lacunas existentes nas políticas voltadas para a proteção infantil.

Os resultados desta análise evidenciam que, embora haja um arcabouço legal e uma série de políticas públicas em vigor, a sua efetividade é frequentemente comprometida por fatores como a falta de capacitação contínua dos profissionais, a limitada articulação entre os diferentes setores envolvidos e a ausência de participação ativa da comunidade. Portanto, é essencial investir em formação e sensibilização, promover a colaboração interinstitucional e garantir que as vozes das crianças e das famílias sejam ouvidas no processo de formulação e avaliação das políticas.

Além disso, a necessidade de uma avaliação sistemática e abrangente das políticas públicas se torna evidente, a fim de identificar estratégias que realmente façam a diferença na vida das crianças vítimas de violência. A abordagem das causas estruturais da violência, como desigualdade social e preconceitos, também se mostra crucial para a construção de um ambiente seguro e acolhedor.

Portanto, para que as políticas públicas sejam eficazes na proteção contra a violência infantil, é imprescindível que as equipes multiprofissionais atuem de maneira colaborativa,



reflexiva e comprometida com a promoção dos direitos da criança. Somente assim será possível avançar na luta contra a violência infantil e assegurar um futuro mais justo e seguro para as próximas gerações. A continuidade desse trabalho requer um esforço conjunto da sociedade, do Estado e das instituições, reafirmando o compromisso com a proteção integral das crianças como um valor fundamental da nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. T. *et al.* Atravessamentos da pandemia: um estudo sobre a violência sexual infantil durante o isolamento social. 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/32129>. Acesso em: 20 nov. 2024.

CABANILLAS, S. J. Efectos del programa “SAMECA” para prevenir la violencia infantil en una institución educativa del distrito de Moche. 2024. Disponível em: <https://repositorio.ucv.edu.pe/handle/20.500.12692/149378>. Acesso em: 22 nov. 2024.

CASTRO, K. S. *et al.* Cartilha educativa sobre violência sexual infantil na quarentena por covid-19. *Revista Remecs: Revista Multidisciplinar de Estudos Científicos em Saúde*, p. 31-31, 2020. Disponível em: <https://revistaremeccs.com.br/index.php/remecs/article/view/407>. Acesso em: 24 nov. 2024.

LEVANDOWSKI, M. L. *et al.* Impacto do distanciamento social nas notificações de violência contra crianças e adolescentes no Rio Grande do Sul, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 37, n. 1, p. e00140020, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/w9xDc35gk53mDz9MrX4nFfr/>. Acesso em: 25 nov. 2024.

MACHADO, J. A.; SANCHES, M. A. A gênese da violência infantil. *Caderno Teológico da PUCPR*, v. 7, n. 1, p. 173-189, 2022. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/cadernoteologico/article/view/28020>. Acesso em: 18 nov. 2024.

MOREIRA, M. E. M.; OVIEDO, A. D. Niños, niñas y adolescentes expuestos a violencia familiar en la ciudad de Portoviejo, Manabí, Ecuador. *Polo del Conocimiento: Revista científico-profesional*, v. 5, n. 8, p. 1228-1239, 2020. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7554384>. Acesso em: 25 nov. 2024.



NUNES, A. C. P. *et al.* Violência infantil no Brasil e suas consequências psicológicas: uma revisão sistemática. *Brazilian Journal of Development*, v. 6, n. 10, 2020. Disponível em: https://scholar.google.pt/scholar?as_ylo=2020&q=violencia+infantil&hl=pt-BR&as_sdt=0,14. Acesso em: 10 nov. 2024.

SILVA, S. A.; CERIBELLI, C. O papel do enfermeiro frente a violência infantil na atenção primária. *Revista Eletrônica Acervo Enfermagem*, v. 8, p. e5001-e5001, 2021. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/enfermagem/article/view/5001>. Acesso em: 13 nov. 2024.